

A IDENTIDADE E O SENTIMENTO DE PERTENÇA ÉTNICO RACIAL DAS CRIANÇAS AFRODESCENTES NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL À LUZ DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

Mônica Pinchemel Nascimento¹

Sirlene Prates Costa²

RESUMO

O objetivo deste artigo é relatar sobre a experiência realizada no Estágio Supervisionado em Psicopedagogia Institucional, onde buscou saber como a educação não formal, especificamente em um projeto social que atende crianças de seis a dez anos de idade, que tem como mantenedora a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que oferece atividades socioeducativas através do lúdico, com vista à inclusão social, construção e reconstrução do projeto de vida das crianças envolvidas, trabalha com a questão racial, tema de fundamental importância por ser, na sua maioria, crianças afrodescendentes. Para o diagnóstico realizou-se observação do grupo, entrevista coletiva com as crianças e para a intervenção foram realizados três encontros com atividades lúdicas, contação de histórias através de slides, “os cabelos de Lelê”, “As meninas negras” e a “Menina bonita do laço de fita”; duas dinâmicas “Espelho, espelho meu... e “Escolhendo para ser meu (minha) amigo(a)”, objetivando observar o comportamento e respostas das crianças com a relação a abordagem sobre a questão racial, identidade e a sua pertença enquanto sujeito afrodescendente, como também destes com as outras crianças de outras etnias. Finalizamos o Estágio Supervisionado com um encontro com as mães dessas crianças. Os resultados foram positivos. Dessa forma, é preciso pensar e agir com criticidade e conhecimento, ter a capacidade de lidar com qualquer tipo de discriminação, evitando assim o discurso do senso comum das questões raciais, com falas e atitudes simplórias, desconsiderando a verdadeira atitude pedagógica que é decodificar e intervir em situações que denotem qualquer sinal de preconceito e discriminação.

Palavras-chave: Psicopedagogia Institucional. Educação não Formal. Identidade. Pertença. Afrodescendentes.

1 Introdução

A aprendizagem deve ser entendida como uma atividade de indivíduos ou grupos humanos com diversas maneiras de apreender o mundo. Segundo Visca (1987, p. 75), “desde a idade mais tenra, nas trocas que faz com a mãe, a criança já está realizando aprendizagens, ao mesmo tempo que vai construindo um estilo próprio de aprender, modificando-o e ampliando-o à medida que outras interações vão acontecendo”.

¹Psicóloga Clínica, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Professora no curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia-Campus XII-Guanambi.

²Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Professora da Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da Faculdade de Guanambi (FG).

Ainda que a Psicopedagogia tenha como prevalência na sua atuação a clínica, o psicopedagogo tem a oportunidade de atuar em diversas áreas, através de várias estratégias, tanto na prevenção como na terapêutica, na busca de compreender dessas diversas maneiras, o desenvolvimento e os processos de aprendizagem dos seres humanos.

Para Bassedas (1996), a Psicopedagogia, e em especial a Institucional, permite um olhar ampliado sobre diversos aspectos do fenômeno aprender, com todas as condições que irão proporcionar ou impedir esta aprendizagem. Compreender como funciona a instituição exige conhecimento e domínio não somente técnico, mas a compreensão de todos os aspectos políticos e éticos, explícitos ou implícitos, visando à construção de um trabalho crítico, educativo e transformador, com possíveis modificações estáveis na dinâmica grupal as quais reverterem à realidade.

A psicopedagogia institucional, inspirada no francês, radicado na Argentina, Enrique Pichon-Rivière (2009), que tem seus estudos teóricos e práticos referenciados pela Psicologia Social, concebe o ser humano como eminentemente social e garante sua sobrevivência a partir das inter-relações com a coletividade e a apropriação de sua cultura.

Pichon (2009), investiu boa parte dos seus estudos com a questão do grupo, a partir da construção da Teoria do Vínculo. O vínculo é definido como "uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, e sua mútua interrelação com processos de comunicação e aprendizagem". (PICHON, 2009, p.5). Nesse contexto, a investigação deve partir de três dimensões: individual, grupal, institucional ou sociedade, com a compreensão de que cada sujeito é fruto da articulação de vários modos de viver simultâneos, realimentando-se mutuamente.

O sujeito traz consigo sua história de vida que é única e individual que irá somar às situações de cada grupo com o qual interage que irão repercutir em suas necessidades e interesses, ou seja, “nessa interação ocorre a internalização da estrutura relacional, que adquire uma dimensão intrasubjetiva.” (PICHON, 2009, p.5).

Partido dessa perspectiva, a atuação do psicopedagogo institucional é entendida como uma prática social ética que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena, em grupos de pertencimento que assimilam saberes, valores, habilidades, técnicas e ações, todos existentes no meio culturalmente organizado, ganhando conhecimento necessário para produzir novos saberes, valores e técnicas. (PAIN, 2002).

2 O silêncio das instituições sobre a questão racial, a identidade e o sentimento de pertença

A partir da trajetória nos espaços de escolarização formal e não formal fomos percebendo a interdição do corpo negro na manifestação do ser no mundo, algo que categorizamos como “não-pertencimento” do corpo negro aos espaços de socialização: as ilustrações dos livros, os personagens da escola, os artistas da TV, as apresentadoras de programa infantil são em sua maioria, senão todos, brancos.

A cultura do embranquecimento produz miséria ao homem e a mulher negra, pois empurra-os para o lugar da negação, da doença, do encarcerado, do escravo. Desdobrando-se em um “não lugar” para a criança negra em escolarização e em socialização.

Entende-se que, para este assunto, existe um silêncio via “ritual pedagógico do silêncio” quando Gonçalves (CAVALLEIRO, 2003, p. 32) afirma que “esse ritual pedagógico ignora as relações étnicas, comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade” impondo a criança e adolescentes negros “[...] um ideal de ego branco”. (GONÇALVES apud CAVALLEIRO, 2003, p. 33). Esse silêncio têm sido opções arbitrárias e políticas dos nossos educadores, docentes e lideranças culturais, políticas e econômicas.

Quando as instituições abordam a temática das questões raciais é de forma superficial, especificamente no mês de novembro, a propósito da comemoração do dia da consciência negra. A discriminação racial, tanto por parte das pessoas brancas, como dos próprios negros advém das relações estabelecidas na família e em todos os espaços sociais (vizinhos, escola, igrejas, espaços de lazer, projetos sociais, etc.) e da mídia (televisão, revistas infantis, livro de histórias infantis e didáticos, etiquetas... etc.) impondo jeito de ser, viver e consumir (CAVALLEIRO, 2003).

Neste contexto, não há como existir identificação do pertencimento racial. Inexistem motivos para a criança se sentir identificada, uma vez que não se vê representada. A introjeção do racismo tem como consequência automática a negação da autoimagem. Muitas vezes a criança vive e ou presencia atos discriminatórios naturalizados pelos adultos, impedindo a criança de reconhecer a sua identidade e o seu sentimento de pertença. Das crianças brancas os estímulos de branquitude levam a receber uma alta carga de informação da sua condição de superioridade na sociedade, conseqüentemente levará para a escola padrões eurocêntrico de beleza, reforçados através dos livros didáticos esta identidade. (CAVALLEIRO, 2003).

A identidade não se inicia nem termina na infância ou adolescência, ela é um processo constante de formação que acontece desde quando os pais começam a definir o nome da

criança, projetar o sexo, definir profissão e muitas outras escolhas que vão fazendo, buscando delinear o futuro do indivíduo. (ERICKSON, 1999). Porém, diz ainda o Erickson (1999) que, para melhor compreender o sentimento de identidade é preciso que o indivíduo vê a si próprio.

A partir da interação entre o indivíduo, os outros e o meio, o ser humano constrói a sua identidade que é uma estrutura subjetiva marcada por uma representação do “eu”. Esta identidade se forma a partir do olhar para o outro como também do olhar do outro sobre nós. Assim, para as identidades não há como pensar como categorias estáticas no tempo e no espaço. Elas são elaboradas numa rede de complexas interações dos indivíduos com seu grupo e com outro grupo de fora em que vão entrelaçando subjetividades sempre em andamento. (ERICKSON, 1999).

A identidade não é um simples sentimento de pertencimento, ela é um produto de todo um processo de identificação situacional e relacional, é saber membro de um grupo que se reconhece nesse grupo frente aos outros na perspectiva de um caminho inacabado e renovável.

Quanto a “identidade negra”, ela não se torna uma representação genérica, ela é interpretada como um construto intersubjetivo, determinado pelos significados das relações experienciadas em contextos sociais e culturais, interpessoais referentes ao processo de autoafirmação das pessoas.

A formação da identidade da criança negra é diluída entre as pessoas mais próximas do seu convívio, e também está ligada a seu processo de aprendizagem formal e não formal e aos profissionais que dela fazem parte. A autoestima é uma variável muito importante para o sucesso ou fracasso de uma criança. O grau de contaminação psíquica do não gostar de si fere inclusive o organismo, o corpo, o desejo e a inteligência e a repercussão é para toda vida na existência desse sujeito que embora tenha crescido e mudado, ainda se sentirá inadequado, desagradável e indesejável.

O racismo no Brasil se estrutura a partir do não (re)conhecimento do problema. Esconder e não reconhecer este tema faz parte da manutenção da discriminação racial brasileira. A nossa interpretação sobre a não identificação das pessoas como negras demonstra que não se reconhecem como tal, vivendo sob as cortinas do mito de uma democracia racial forjada pelo Estado brasileiro através do discurso que se tornou uma ideologia da harmonia entre as etnias brasileiras, embora nunca tenha existido no nosso país e de certa forma, toda sociedade se revela como cúmplice desse mito.

Em 2004, o MEC, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) publicou para as escolas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação. (BRASIL, 2005). O reconhecimento da identidade proporcionará o sujeito a um lugar emocionalmente seu, para a questão racial ter nascido com um corpo pigmentado não te faz uma pessoa consciente da pertença social: não basta ser negro, há que se tornar negro.

Sabendo que a identidade e pertencimento racial começam na infância, é preciso cautela a fazer julgamento a respeito de quem participou da vida da criança para não incorremos no erro de responsabilizar a família pela falta de consciência da identidade racial dos seus filhos. Uma vez que, pelo contexto histórico do mito da democracia racial brasileira, a família é tão vítima quanto à criança, considerando que, muitas vezes, a mãe, o pai, e os irmãos mais velhos também se negam e foram negados. Como transmitir tais sentimentos aos menores?

3 O estágio diagnóstico psicopedagógico e a intervenção

Entendemos que a psicopedagogia pode e deve ampliar o seu olhar para os diversos espaços sociais, seja na educação formal ou não formal, e, com este olhar e a sua escuta, contribuir com os diferentes modos de aprender, favorecendo a articulação entre a objetividade e subjetividade, o singular e o social que são aspectos que compõem e sustentam a aprendizagem.

Certos desta possibilidade buscamos uma instituição para conhecer o projeto e saber sobre os seus objetivos, abordagem, metodologia e os temas que são tratados e refletidos com as crianças, se tratam da questão racial na condição de aprendizagem identitária e de pertencimento e como isso é abordado, a partir da sua condição de educação não formal.

A meta do diagnóstico psicopedagógico é identificar os obstáculos existentes no modelo de aprendizagem do sujeito que, dentro do seu processo de desenvolvimento é impedido de crescer na aprendizagem dentro do esperado pelo meio social, como também não inclui o sujeito em uma determinada categoria do não aprender. (BOSSA, 2003).

Sabendo que no CRAS foi implantado um projeto que atendia crianças de famílias em vulnerabilidade social, na sua maioria negras, sentimos motivadas a realizar este trabalho, considerando o interesse pela temática étnico racial.

No primeiro momento entramos em contato com a instituição e por telefone foi agendado conversa com a coordenadora do CRAS que prontamente disponibilizou a

instituição. No primeiro dia fomos recebidas pela mesma onde apresentou a instituição e a orientadora social do projeto.

Depois de autorizado a realização do estágio, procuramos saber como era estruturado o projeto. Fomos informadas que, no momento, só estavam trabalhando com um grupo de crianças, nas quintas-feiras, no turno matutino, com vinte e cinco crianças, oito meninos e dezessete meninas, todas oriundas de famílias cadastradas ou referenciadas no CRAS.

Para traçar este perfil, conversamos com a psicóloga do CRAS que nos informou que as crianças participantes do projeto “Pequeno Cidadão” eram filhos de mulheres cadastradas no CRAS, dentro de um quadro social de vulnerabilidade e todas elas são participantes das oficinas de pintura, desenho, crochê e roda de conversa, que acontecem todas as semanas dentro da instituição. Comentou que para os dados mais detalhados sobre cada criança está sendo realizada a anamnese, objetivando traçar um perfil mais detalhado de todas elas. A priori, observando o fenótipo de cada uma, das vinte e cinco, somente quatro pode-se dizer que não são afrodescentes, afirmou. Do planejamento, comentou que colabora com a agente administrativa que o realiza, sugere algumas dinâmicas, sendo um dos projetos do CRAS que acompanha mais de perto, mas, quando chegou à instituição, o projeto já estava pronto e ela, juntamente com a assistente social, fizeram uma revisão, mas observamos que o mesmo não faz nenhuma alusão à questão racial, ponto que deve ser revisto pela equipe.

A maioria das crianças que frequentam o projeto é proveniente de famílias afrodescentes de baixa renda. São 25 crianças, oito do sexo masculino e dezessete do sexo feminino, seis das crianças estão entre sete e nove e oito anos de idade, as outras dezenove de nove a dez anos de idade, todas são provenientes de escola pública, residentes em bairros circunvizinhos ao CRAS, filhos de mães cadastradas na instituição, confirmando assim a vulnerabilidade social. Naquele dia, as crianças estavam confeccionando cartazes com frases onde os mesmos iriam decidir se eram “direito da criança” ou “direito da criança violado”.

Ao retornarmos, vinte das crianças estavam presentes, todas sentadas sobre o tapete vermelho e almofadas coloridas. Comentamos que estavam ali para aquele encontro, mas que vários outros iriam acontecer, que iríamos conversar, brincar, dançar e contar histórias a respeito de um assunto muito importante que era a questão racial. Começamos a conversar, nos apresentando, nome, idade, onde morávamos, o que mais gostamos de fazer. Aproveitando as apresentações, perguntamos quem na sala era negro, por um momento ficaram surpresos olhando e somente três levantaram o dedo. Perguntamos se sabiam o que o Brasil comemorava no mês de novembro, somente um disse que “a gente comemora Zumbi”. Quem era Zumbi? Respondeu: “um negro que lutou por outros negros”. Você sabe mais

alguma coisa sobre ele? Disse que não lembrava, mas a professora tinha falado na escola. Em seguida mais três disseram que estavam lembrando que falou na escola, mas não sabiam falar sobre o assunto.

Comentamos que iríamos contar algumas histórias, perguntaram quais, falamos os nomes, mas ressaltamos que os mesmos iriam decidir sobre quais iriam ouvir. Retomamos as perguntas: Vocês sabem a data que comemoramos o dia da consciência negra? O que queremos comemorar neste dia? Alguns responderam: “é para comemorar o dia do negro, de Zumbi”. Não souberam dizer, especificamente sobre a data. Retomamos o assunto perguntando se sabiam que na sua cidade existiam vários quilombos, disseram que não sabiam. Comentamos, de forma bem simples o que era um quilombo, logo duas delas se manifestaram dizendo que estava lembrando, pois a professora havia ensinado na escola. Perguntamos se sabiam a história de alguns deles, nenhum sabia. Voltamos a pergunta da seguinte forma: Vocês sabem que ainda existe esses lugares que hoje chamamos de comunidade dos remanescentes quilombolas? Será que algum de vocês tem parentes lá? Responderam que não sabiam. Para finalizar uma nova pergunta: Na escola, na sua casa ou no projeto Pequeno Cidadão, alguém já contou para vocês sobre a história do negro no Brasil. Alguns disseram que já ouviram na escola, mas nunca em casa, nem no projeto. Em seguida fomos brincar, lanche, e para encerrar fizemos os agradecimentos, também agradecemos pela tarde e agendamos o próximo encontro que seria a contação de história.

Para a intervenção contamos histórias e aplicamos algumas dinâmicas. A apresentação das histórias causou muita euforia na sala, pelo tamanho que estavam sendo projetadas na parede, eles levantavam para mostrar o que estavam achando bonito e fizeram bastante perguntas. No contexto das histórias comentamos sobre a origem dos negros que vieram como escravos para o Brasil, através do mapa da África e da América do Sul, da inteligência dos negros e do vasto conhecimento que os mesmos detinham do nosso clima tropical, para a agricultura e do trabalho em mineração. Contamos sobre o sofrimento dos negros ao deixarem suas terras, sobre as lindas e coloridas vestimentas, o modo de alimentar, sobre cabelos, o que significava dizer “cabelo ruim”, em troca deveria utilizar o termo “cabelo crespo” e a pigmentação da pele para proteção do sol. Percebemos que o impacto maior foi com a história “Os cabelos de Lelê” e a “Menina bonita do laço de fita”. Após a apresentação das histórias, formamos uma roda de conversa. Neste momento vieram as manifestações sobre a origem de cada um. Os cinco que responderam anteriormente que eram negros complementaram as suas histórias dizendo sobre a cor dos pais e dos avôs. Surpreendente foram as mudanças a partir das histórias. Cada um queria dizer sobre algum negro na família

3 Considerações finais

O presente trabalho colaborou para o nosso aprendizado acerca da prática da psicopedagoga institucional, nos forneceu uma base para perceber o funcionamento global de uma instituição pública e assim interferir de modo a auxiliar nas reflexões e ações, especificamente dentro do projeto Pequeno Cidadão.

O orientador social enquanto mediador desse processo, bem como protagonista na resolução e estudo das dificuldades que irão surgindo dentro do projeto deve ser uma pessoa que, no mínimo tenha formação de magistério, melhor pedagogia, e, ainda assim, precisa obter orientações específicas da psicóloga e da assistente social, para que desenvolva um trabalho consciente das necessidades dos objetivos do projeto e que promova o sucesso de todos os envolvidos no processo.

É preciso pensar e agir com criticidade e conhecimento, ter a capacidade de lidar com qualquer tipo de discriminação, evitando assim o discurso do senso comum das questões raciais, com falas e atitudes simplórias, desconsiderando a verdadeira atitude pedagógica que é decodificar e intervir em situações que denotem qualquer sinal de preconceito e discriminação.

As instituições de educação formal e não formal não podem se omitirem em fazer discussões a respeito deste assunto, independente dos possíveis conflitos. Os espaços institucionais de educação podem ser espaços tanto de disseminação como um meio eficaz de prevenção e eliminação do preconceito e da discriminação.

O silêncio no cotidiano das crianças negras sobre a questão étnico racial impede a formação da sua identidade e do seu sentimento de pertencimento. Este processo afeta negativamente no processo de qualquer aprendizagem e, principalmente no desempenho escolar.

Referências

BASSEDAS, E. (Org.) **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República. 2005. Disponível em: < <http://www.portaldaigualdade.gov.br/acoes>>. Acesso em: 18 de Abr. 2013.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

ERICKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PAÍN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SAMPAIO, S. **Manual prática de diagnóstico psicopedagógico clínico**. Rio de Janeiro: Walk, 2012.

VISCA, J. **Clínica psicopedagógica**. Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.